

Combater a Inflação, Promover o Desenvolvimento

Carlos Pimenta (*)

1. Notas Introdutórias

1.1. A inflação constitui hoje um problema social central. Ultrapassando o económico invade o político, o ideológico, o psicológico, o social na sua globalidade. Constitui variável dos modelos empresariais, nacionais e internacionais, descritos ou previsionais, conjunturais ou de longo prazo.

Não poderíamos ter pretensão de num breve artigo tratar, ainda que sumariamente, todos os meandros do seu tecido problemático. Dificuldade tanto maior quanto os estudos sobre a inflação em Portugal são ainda bastante escassos, fragmentados e enfermando do individualismo que a falta de estruturas de investigação colectiva e interdisciplinar acarreta, apoiada de quando em vez num mesquinho jogo de «prestígios» pouco compatível com o idóneo labor científico. Limitar-nos-emos a visualizar a inflação em conjugação com o tema central desta Conferência, isto é, interligada com o desenvolvimento e dirigida para a enunciação de directrizes globais de intervenção política, a qual deve ser entendida como acção estatal qualificada pela existência de uma sanção, assente em leis objectivas que estruturalmente a determinam, emergentes do

funcionamento do económico e da superestruturalidade do Estado numa determinada fase histórica.

Começaremos este nosso sobrevoo por uma precisão do que entendemos por inflação, exigência que se impõe pela insuficiência grave da sua vulgar identificação com a alta geral de preços e a diversidade das caracterizações mais completas que as escolas e os autores têm formulado, articulando a universalidade capitalista do fenómeno com a especificidade da sua manifestação em Portugal. A esta panorâmica da inflação, que lhe reforçará a historicidade e afastará as visões estritamente conjunturalistas, acrescentaremos uma referência sintética das políticas designadas de anti-inflacionistas, o que permitirá deduzir a sua inadequação ao fenómeno objectivo que dizem procurar resolver ou atenuar. Deste ponto resultará com clareza, se de tal forma capazes, que se pretendermos combater a inflação teremos que promover uma política radicalmente diferente que não se expressará pela mera continuação de desvio de contradições do sistema capitalista.

De seguida entraremos no cerne do nosso tema analisando as unidades e os antagonismos entre a inflação e o desenvolvimento económico numa relação unívoca da primeira para o segundo. Para tal faremos um inventariação de algumas das consequências do processo inflacionista que são, ou podem

(*) Economista
Prof. da Faculdade de Economia do Porto

ser, referidas como impulsionadoras ou obstaculizadoras do desenvolvimento económico e progresso social, ora fazendo-as emergir do foro nacional ora conjecturando com base nos ensinamentos estrangeiros, destacando-se a vasta literatura latino-americana sobre este tema. Complementá-la-emos com uma breve referência às consequências da «inflação» enquanto fenómeno ideológico. Se do ponto anterior concluimos pela necessidade de uma nova política anti-inflacionista, deste ressalta que as contradições entre a inflação e desenvolvimento são mais fortes, quantitativa e qualitativamente, que as suas concordâncias. Procuraremos a síntese dos ensinamentos anteriores fazendo o bosquejo de algumas das alterações da sociedade portuguesa, não-utópicas, capazes de impor a simultaneidade do combate à inflação e o desenvolvimento económico, enquanto frutos de um mesmo conjunto de transformações sociais e políticas económicas sem que entre eles se possa estabelecer uma qualquer relação de causalidade.

1.2. Embora tudo o que consta desta comunicação seja o resultado do estudo de diversos autores, da observação dos dados estatísticos nacionais e de ensaios, dispensar-nos-emos de grandes referências bibliográficas, de quadros estatísticos ou da apresentação dos resultados económicos. Apenas aqui ou além colocaremos em nota alguns desses aspectos para que as afirmações que remontem às realidades menos conhecidas ou mais polémicas não surjam como gratuitas ou exteriores à ciência. Também as considerações epistemológicas embora presentes em todo o trabalho raramente são explicitadas.

Resta acrescentarmos que este trabalho não seria possível sem o apoio e a ajuda de muitos intervenientes cuja enu-

meração seria longa ou impossível, posto o anonimato de muitos (*)

2. Caracterização breve da inflação

2.1. Seria deslocado na nossa temática referir a evolução histórica do significado do termo «inflação» desde a sua raiz etimológica até aos dias de hoje, assim como dos seus derivados adjectivados» «inflacionário», «inflacionista». Nela encontraríamos uma passagem da linguagem corrente para a terminologia científica da economia (1), de adjectivo ou substantivo ligado a empolamento passageiro de massa monetária para o de aumento dos preços, ora em sentido micro ora macroeconómico, aqui designando um fenómeno passageiro e anormal, além num contexto estrutural. Nela encontraríamos a expressão linguística da evolução da acumulação capitalista e da dominação relativa das diversas teorias que procuram explicar a inflação. Os seus ensinamentos seriam úteis para desabsolutizar algumas concepções correntes ou varrer ideias feitas sistematicamente reconstruídas pelo «status quo». Seria também despiendo arrolar os significados muito diversos que lhe são atribuídos na literatura económica contemporânea ou nos discursos políticos que vai desde a persistência num significado monetarista – «inflação de moeda e crédito», «desvalorização da

(*) Será necessário deixar aqui expresso um agradecimento particular à Mme Suzanne de Brunnhoff, a todos que comigo têm trabalhado no GEMOR – Grupo de Estudos para o Modelo Regis, ao dr. Mendes de Oliveira e ao prof. Armando de Castro. Entre os muitos anónimos situamos todos os que têm contribuído para uma prática social do autor e bastantes alunos. Todos os que têm procurado dificultar o nosso trabalho de investigação sistemática também têm contribuído contraditoriamente: revelaram-me que em Portugal contribuir para o progresso científico é lutar.



moeda» – à directa relação com os preços, desde a mera atenção nos fenómenos visíveis ou imediatamente mensuráveis – «aumento de preços» – até à simultânea consideração daqueles e das realidades metafenomenológicas – «desajustamento de evolução de preços e de valor» –, desde a conjunturalidade, pontualidade e a – historicidade – «todo e qualquer aumento de preços» – à estruturalidade temporal atípica – «tendência estrutural ao aumento de preços que se verifica nos dias de hoje» –, desde as caracterizações teorizadas que já envolvem uma explicação – «aumento de preços que resulta do hiato entre procura e oferta efectivas» – até à vasta gama das que deixam a pesquisa em aberto. Diversidade donde ressaltam algumas linhas de força: persistência da sua identificação com o aumento geral de preços, crescente realce da sua natureza macroeconómica e estrutural, remetendo esta última para a sua interligação com o funcionamento total da sociedade capitalista, o realce da existência de componentes metafenomenológicas.

Não nos cabe aqui traçar o contorno de tais panorâmicas mas as referências parcelares e furtivas que formulamos devem ter o mérito de mostrar que uma caracterização da inflação portuguesa no início deste trabalho não constitui esforço vão, mas antes precisão de conceitos indispensável à compreensão de algumas das locuções posteriores. A adopção implícita do termo «inflação» sem explicitação do seu conteúdo conduziria o leitor para noções que reputamos de insuficientes.

De uma forma sintética podemos dizer que *a inflação é uma realidade inerente à sociedade capitalista numa sua fase histórica com unidade na mundialidade daquela formação social e moldada nas especificidades de cada realidade nacional, cuja natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços não imputável à diminuição do valor do ouro e que se exprime fenomenologicamente no aumento geral crónico diferenciado dos preços dos produtos industriais e serviços e dos*

salários, diacronicamente heterogéneo e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas. A especificidade da inflação é dada pelas particularidades do hiato, pela sua inserção na economia mundial e pelo seu faseamento interno. No referente a este aspecto podemos considerar que a inflação portuguesa é decomponível em três períodos distintos: um primeiro ^{o período} que, grosso modo, se estende desde a primeira década do presente século até ao fim da crise de 1929/33; um segundo que vai desde o início da década de «50» até ao início da década seguinte e, finalmente, uma terceira que se inicia em 1973 e se estende até aos dias de hoje; nos intervalos temos fases de transição, apresentando cada uma das suas particularidades.

Sem pretendermos justificar, pormenorizar e quantificar todas as componentes desta caracterização sintética, o que exigiria a manipulação de um banco de dados com mais de meia centena de milhares de dados e necessitaria de espaço de centenas de páginas de escrita — como o fizemos noutra local —, conviria explicitar o significado de algumas das formulações anteriores. Dizemos que é inerente à sociedade capitalista porque a observação do comportamento da evolução de preços desde a fundação da nacionalidade portuguesa, e não só, revela que o capitalismo e a formação do mercado interno introduziu-lhe forte especificidade; detectáveis fenomenológica e metafenomenologicamente e porque em socialismo a tendência global dos preços e salários é bastante diferente — mesmo em países com altas de preços como a Polónia ou a Hungria —, mesmo contraditória com as características da inflação. Dizemos que é específica de uma determinada fase histórica porque o capitalismo é-lhe prévio como ressalta do faseamento atrás apontado. E em

todo o mundo capitalista há inflação em resultado de dois factos com canais próprios de revelação:

a) Em todos os países capitalistas existe, no essencial, e mesmo tipo de relações sociais de produção com suas contradições internas;

b) Existem mecanismos de propagação do processo inflacionista que vão desde a articulação mundial dos diversos tipos de moeda na imperiosidade de reprodução de equivalente geral até aos movimentos de capitais e às transacções de bens e serviços. Eles apresentam entre si uma hierarquização decrescente correspondente à anterior apresentação, comprovado pela posição das diversas categorias económicas no quadro das leis da acumulação e pela experiência histórica mundial. A inflação apresenta em cada país um conjunto de especificidades que é, por um lado, a continuação da dispersão internacional da dinâmica dos preços e salários anterior ao próprio processo inflacionista e, por outro, um resultado de cada país apresentar um conjunto de particularidades nas suas relações sociais e correspondentes superestruturas e uma determinada oposição na divisão internacional do trabalho.

A parte seguinte da caracterização exige algumas notas mais completas e complexas de que só esboçaremos os enunciados:

a) Quando falamos em preço estamos a englobar num todo o preço das mercadorias vulgares, mais rigorosamente das mercadorias metamorfoseáveis em capital-mercadoria, e o preço da força de trabalho, correntemente designado por salário; entre o que se designa por salário e por preço existem diferenças mas ultrapassáveis na unidade imposta pela natureza da mercadoria e funcionamento unitário da lei do valor — independentemente de qualquer consideração



econométrico empírica sobre as relações entre salários e preços ⁽²⁾ convirá nunca perder de vista que elas não constituem categorias em luta e observáveis univocamente;

b) Os preços são a expressão monetária do valor, entendido como incorporação de trabalho humano resultante da divisão social do trabalho e da existência de produtores independentes interdependentes; o aumento de preços com as características referidas apenas constituem fenómeno novo porque nem é o resultado de um aumento da quantidade de valor nem é uma manifestação da diminuição do valor do ouro; com influência difusa num sistema monetário marcado pela desmaterialização;

c) O hiato entre a massa de valores e a massa de preços – com um crescimento desta mais acelerado que daquela, que tende a ser negativa – é estrutural porque exprime a lei de valor numa determinada fase histórica do capitalismo, sem que tal imponha uma sua decomposição na fracção estrutural, por um lado, e, nas parcelas conjuntural, local ou pontual, por outro, pois estes não são neutrais – a estrutura manifesta-se, evidencia-se, na conjuntura;

d) No comportamento dos preços é necessário considerar a sua estrutura global e nela se destacam três processos com características próprias: dispersão, generalidade, carácter crónico; cada um tem a sua fase histórica de nascimento e moldagem, devendo ser encarados na sequência atrás apresentada. É a dispersão, inerente ao movimento dos preços, que ~~tempe~~ *dificulta a análise de* as possibilidades de «equilíbrio», agrava as tensões e transforma-o em fenómeno socialpolítico. Não é neutral perante a dinâmica dos outros dois processos e da globalidade da estrutura de preços: os movimentos dos «preços relativos» e dos «preços absolutos» formam um todo sem componentes justapostas. A dispersão nega a generalidade e esta só pode ser compreendida por uma delimitação da amostra – com exclusão dos preços dos produtos primários que continuam a afastar-se do carácter crónico, nevrálgico para a inflação, e caminhando para os mercados mais próximos do consumidor – e pela introdução de um critério sociológico: a generalidade dos preços dos bens de consumo corrente popular sofrem aumentos. O carácter crónico, aspecto fundamental, exprime diversas

realidades, que contribuem para detectar as diversas fases da inflação: o aumento crónico tendencial, o aumento crónico anual, o aumento crónico na fase descendente do grande ciclo de Kondratieff e o aumento crónico em crise, cada um deles com ou sem agravamento, sendo a presença deste uma componente importante⁽³⁾;

e) O período I da inflação portuguesa manifesta-se pela existência de alta crónica tendencial de preço e salários; o período II pelo agravamento do fenómeno anterior e acumulação com alta crónica anual de preços e salários com agravamento; o período III pela acumulação aos aspectos anteriores das altas crónicas de salários e preços com agravamento na fase B do grande ciclo e na crise; o período de transição I é marcado pelo agravamento de dispersão de preços e salários e prelúdio da alta crónica anual dos salários com agravamento; o período de transição II é assinalado por novo agravamento da dispersão a todos os níveis, modificação do «lag» temporal entre variações de preços por grosso e no consumidor e, na fase final, pelos prelúdios da alta crónica em crise com agravamento.

Desta breve enumeração de elementos caracterizadores da inflação resulta com clareza uma conclusão: *a inflação é a expressão estrutural das relações sociais de produção capitalistas cujas contradições com descontinuidades qualitativas, que são a expressão da reprodução do sistema, tem conduzido a um seu agravamento.*

2.2. E que políticas económicas têm sido desencadeadas com o objectivo expresso de combater a inflação? Esboçaremos nas linhas seguintes uma sumária resposta, tentando antes esclarecer algumas questões gerais de enquadramento da política anti-inflacionista, a saber:

1) Uma actuação económica do Estado coerciva pressupõe a prévia existência da luta de classes e a sua expressão superestrutural;

2) Tem sido quase sempre encarada numa perspectiva de curto prazo, numa escala de importância relativa face à crise e ao equilíbrio da balança de pagamento, ocupando não poucas vezes o último lugar. Estes dois aspectos estão interligados e a reduzida relevância reflecte, objectivamente, que a inflação comporta globalmente e a médio prazo vantagens para as classes sociais, ou seus extractos, dominantes. Se, mesmo assim existe uma intervenção é porque a dispersão reparte desigualmente as vantagens entre as diversas fracções do capital, podendo mesmo algumas sofrerem efeitos perversos e a conservação do sistema exige uma tranquilidade das massas populares.

Sem qualquer veleidade de sermos exaustivos e sem a pretensão de apresentarmos uma cronologia da legislação anti-inflacionista em Portugal, e muito menos na área da OCDE, fazemos de seguida uma referência às medidas mais comuns durante a década de «70» e nos anos vividos da seguinte:

1) *Contenção salarial ou crescimento da produtividade.* A diversidade de políticas de rendimento é grande mas apresenta sistematicamente um elemento motor: a redução do crescimento do salário nominal, já que a actual correlação de forças e, em certa medida, o modelo de acumulação capitalista não permitem a sua redução absoluta, e diminuição do salário real⁽⁴⁾. Cumulativamente procura-se expandir a produtividade a taxas maiores⁽⁵⁾. Neste contexto se englobam as tentativas formais ou as práticas subitís conducentes ao pacto social regulador do comportamento dos salários e preços, os tectos salariais – sem dúvida

a componente mais relevante da política económica portuguesa englobável neste ponto, continuadora de um forte intervencionismo estatal e expressão de uma grande debilidade económica do capital –, as indexações parciais – bastante vulgares nos países da OCDE, ora tomando como referência variáveis da Contabilidade Nacional ora do sector, ora ainda combinações das duas, tomando sempre como variáveis principais as taxas de crescimento dos preços e da produtividade,* no nosso país apenas se tomou excepcionalmente esta como possibilidade de romper os tectos. Também a fixação dos preços de alguns bens essenciais à reprodução quotidiana da força de trabalho, tendo como contrapartida uma política de subsídios financiada por extractos sociais muito diferenciados, é no essencial uma medida de contenção dos salários. O crescimento da produtividade foi muito mais esparsamente encarado de forma directa – podendo-se referir algumas medidas visando o autofinanciamento e a sua aplicação, em legislação das sociedades ou políticas fiscais e financeiras – assumindo-se vulgarmente a posição de que é uma consequência inevitável da redução do salário real, admitindo que o aumento da «eficácia marginal do capital» expandiria o investimento.

2) *Contenção da massa monetária.* A redução do crescimento da massa monetária é frequentemente considerada como uma medida indispensável à contenção da inflação, por vezes como medida de apoio, condição de eficácia das restantes. Nos últimos anos as elevações das taxas de redesconto e de juro, os «plafonds» de crédito, etc. não têm tido como alvo a inflação, mas não deixaram de ser encarados como medidas favoráveis também nesse campo.

A OCDE tem frequentemente recomendado outro tipo de práticas, testadas

em alguns dos seus países, tais como o equilíbrio orçamental, a diminuição por via fiscal do rendimento disponível, a redução dos impostos indirectos, enfim, a consideração da alta de preços em toda e qualquer política, nomeadamente nas sectorial e regional.

O resultado certo da globalidade destas actuações é a redução do mercado interno, o atrofiamento do desenvolvimento. Quanto à inflação ela tem continuado, prosseguindo no agravamento. Não negamos que as práticas referidas possam ter pontualmente alguns impactos atenuadores da elevação dos preços – a redução da massa monetária e do crédito entrava a validação e a pseudovalidação social das mercadorias, a fixação de salários e preços em sectores-chave das cadeias produtivas pode impedir impactos a jusante, a redução dos impostos indirectos traduz-se, por definição, em redução dos preços –, mas temos de reconhecer que são profundamente desajustadas em relação ao problema real da inflação. São-no porque têm uma deficiente concepção da sua natureza:

1) As medidas preconizadas só podem ser aplicadas durante um curto tempo quando a inflação é um fenómeno estrutural – é fácil aplicar medidas restritivas, nomeadamente de rendimentos, mas é difícil deixar de aplicá-las;

2) Tomam como referência da inflação apenas a alta de preços e desprezam o que alguns autores designam por cripto-inflação, apenas captável pela simultânea consideração dos valores e dos preços;

3) Desprezam as suas raízes profundas e modificando passageiramente algumas das manifestações de superfície deixam intactas as fontes daquelas e de outras – por exemplo podem dificultar a pseudovalidação social das mercadorias

mas sendo esta parte integrante do sistema monetário internacional capitalista e uma emanção das leis da acumulação numa fase de concentração e centralização do capital, a continuação daquelas acaba por fazer brotar-lhe de outra forma. São-no porque as teorias económicas que lhes servem de substracto são erradas e mistificadoras. Erradas porque partem de pressupostos falsos e apresentam uma sequência conceptual deslocada em relação à dinâmica real do económico – são os casos da teoria quantitativa da moeda, incluindo a sua versão monetarista, das teorias da procura, na sua versão macroeconómica tradicional ou apoiando-se na teoria do desequilíbrio, e dos custos ⁽⁶⁾. Mistificadoras porque conduzem à passividade e ao fatalismo – é o caso da noção de «inflação importada» ⁽⁷⁾. São-no porque o combate à inflação é frequentemente um pretexto para um conjunto de práticas com objectivos diferentes que se fossem expostas cruamente seriam profundamente impopulares. As teorias da inflação referidas dão-lhe a cobertura teórico-ideológica ⁽⁸⁾. É nesse aspecto que temos vindo a insistir que «nos defrontamos com um duplo significado da «política anti-inflacionista»:

a) *Ideológico* de desmobilização dos trabalhadores na luta contra o aumento do custo de vida – atribuindo a manutenção dos salários reais inelutáveis ou ligando as suas únicas possibilidades de aumento à aceitação das regras de jogo da organização e reprodução do capital –, de ruptura entre eles (produtor/consumidor) e pretexto de contenção dos salários reais;

b) *De política económica anti- crise pela destruição de capital variável*» ⁽⁹⁾

Em síntese, se se pretende combater a inflação é necessário promover uma política económica profundamente diferente alicerçada na compreensão pro-

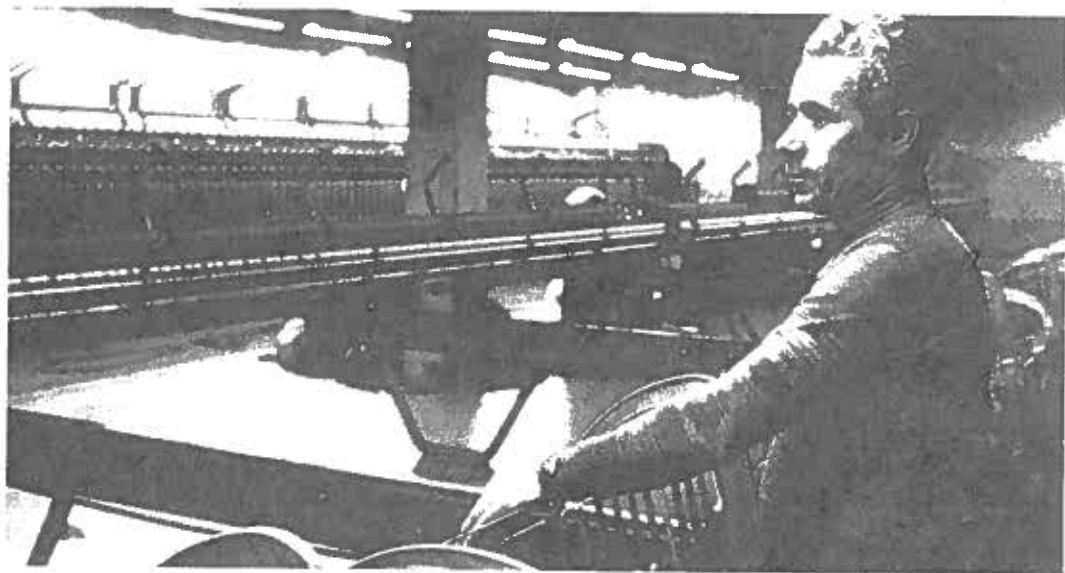
funda da sua natureza estrutural e numa prática social e política inerente a interesses de classe contraditórios com os actuais.

3. Contradição entre inflação e desenvolvimento

3.1. Analisemos agora os impactos da inflação sobre o desenvolvimento económico-social. Não nos debruçaremos sobre a relação contrária mas não podemos deixar de expressar que uma observação sincrónica para o conjunto dos países capitalistas parece revelar que as duas variáveis têm comportamento inverso ⁽¹⁰⁾ e a consideração dos países socialistas reforça a sua desarticulação. Se a observação macrotemporal de diversos países permite detectar um aumento conjunto dos indicadores de desenvolvimento e da inflação é porque ambos são o fruto de determinado tipo de dinâmica das relações sociais de produção capitalista.

Apesar destas observações genéricas que tenderiam a desintegrar qualquer impacto significativo da inflação sobre o desenvolvimento, pelo menos no sentido positivo, convirá esboçar algumas considerações mais pormenorizadas.

Os defensores das vantagens daquela para o desenvolvimento argumentam frequentemente da seguinte forma: a variável estratégica do desenvolvimento é o investimento, este pressupõe um determinado capital (entenda-se capitaldinheiro) acumulado internamente pela poupança; para que ela exista impõe-se não consumir todo o rendimento disponível, o que se verificará tanto mais quanto maior for o rendimento nacional distribuído em favor das classes e extractos populacionais com menor propensão marginal ao consumo, isto é, com maiores níveis de remuneração; ora a inflação tem esse efeito redistribu-



tivo, constituindo portanto, um factor favorável ao desenvolvimento, tanto mais poderoso quanto for acompanhado por mecanismos que entrem o simultâneo crescimento dos salários. Pretendendo verificar a aplicabilidade desta formulação genérica à realidade portuguesa bastou-nos constatar a discrepância de comportamento do aumento do índice de preços no consumidor e dos montantes de formação bruta do capital fixo para pôr em dúvida a aplicabilidade de tal lógica, mas convirá adicionalmente urdir algumas considerações:

1) Tal afirmação assenta num modelo de desenvolvimento capitalista que ao longo dos anos revelou a sua incapacidade de ser motor do progresso social — o modelo rostowiano é uma burla e o subdesenvolvimento dos países colonizados ou neocolonizados no passado ou no presente são a face oculta do desenvolvimento dos centros do imperialismo (");

2) Embora o investimento pressuponha efectivamente uma certa acumulação prévia é, sobretudo, o aumento da produção que dá lugar a nova massa de capital dinheiro disponível para a

acumulação; isto é, no essencial é o investimento que gera a poupança e não o inverso;

3) A redistribuição do rendimento nacional em favor das classes economicamente dominantes não se traduz inevitavelmente em poupança — é conhecido o reforço do consumo de luxo, a que também não tem sido alheia a sociedade portuguesa contemporânea — e o aforro pode sofrer desvios para fins alheios à produção, o que se designa por especulação. Esta aplicação do capitaldinheiro assumiu uma nova importância nacional e internacional a partir de 1968, fruto dos prelúdios das crises de sobreprodução, da quebra da taxa de lucro, do vulgarmente designado por crise do sistema monetário internacional, do fraccionamento do mercado mundial e realinhamento das hegemonias, conduzindo ao reforço da transnacionalização do capitalbancário num quadro de permanente ameaça de rupturas na reprodução do equivalente geral. Esta realidade também insere a sociedade portuguesa e os desequilíbrios da balança de pagamentos, as desvalorizações do escudo, a delapidação de riquezas nacionais, a política cega de combate aos centros

nevrálgicos de um novo desenvolvimento económico forjado na Revolução Portuguesa e a instabilidade da correlação de forças sociais que o domínio político-ideológico e as alianças partidárias não conseguem encobrir, reforçam-no.

Deste conjunto de observações poderemos deduzir da falibilidade do remédio, que já por si comportava elevadíssimos custos sociais, isto é, penoso agravamento das condições de vida da grande maioria da população. Convém acrescentar ainda sobre esta problemática que simultaneamente *a este resultado duvidoso a curto prazo, e falível a longo prazo, entre inflação/poupança/investimento acresce uma inversão profunda das ordens de grandeza da taxa de juro do crédito externo, taxa de variação do montante desse crédito e taxa de crescimento das exportações ou substituição de importações propícias à criação de condições para o desenvolvimento*: pela elevação das taxas de juro, pelo deslocamento do crédito internacional das instituições supranacionais para os bancos transnacionais privados, pelas taxas de aumento de preços mais elevados nos países subdesenvolvidos e seus impactos sobre a balança comercial. A dependência grave da economia portuguesa em relação ao crédito externo, os ritmos a que este tem crescido, a nossa elevada taxa de aumento de preços e a situação da balança de pagamentos são factores estruturais que revelam a validade nacional da observação anterior ⁽¹²⁾.

Mas a inflação tem outros impactos que são prejudiciais ao desenvolvimento, sobretudo nos países que apresentam taxas de aumento de preço mais elevadas, exactamente aqueles que mais necessitam de ser libertos das garras do subdesenvolvimento:

1) *Restringe o mercado interno* quer pela degradação do poder de compra

das massas populares, quer pelo não adensamento da malha produtiva, ⁽¹³⁾ e este último aspecto constitui parte integrante de um processo cumulativo de sucessivo agravamento – a restrição do mercado interno entrava qualquer desenvolvimento auto-sustentando e esse bloqueamento paralisa a criação de novos sectores ou empresas produtivas, nomeadamente dos que apresentam maior poder de arrasto ou que constituem sectores básicos.

2) *Desequilibra a balança de pagamentos* quer pelo efeito directo do ritmo de crescimento dos preços – encarecendo exportações de bens e de serviços, embaraçando importações, tornando as «taxas de juro reais» muito baixas, mesmo negativas – quer por impactos indirectos – é um dos factores conducentes a sistemáticas desvalorizações num quadro de elasticidades do comércio externo face aos preços muito baixas; a redução do mercado interno agrava a dependência em mercados e bens dos outros países, bem expresso no modelo do fascismo que nos torturou;

3) *Reforça a dependência dos centros do imperialismo* em todos os aspectos, como ressalta dos pontos anteriores.

3.2. *A inflação constitui também o pretexto para a promoção de políticas restritivas* e estas bloqueiam o desenvolvimento a curto prazo, por motivos óbvios, e a médio e longo prazo pelo atrofiamento do aparelho produtivo que provoca:

Quer as medidas restritivas sejam tomadas com o efectivo de combater a inflação quer esta seja um mero pretexto para combate da crise pela crise e centralização do capital as consequências são sempre as referidas.

Em síntese a *inflação obstaculiza o desenvolvimento pela acção directa das categorias económicas em movimento e pela política económica que pode de-*

sencadear. As contradições entre inflação e desenvolvimento são bastante mais profundas que as concordâncias.

4. Combater a inflação promove o desenvolvimento

Os pontos anteriores encaminharam-nos para diversas conclusões já apresentadas, a saber:

a) As políticas designadas de anti-inflacionistas promovidas no espaço económico-social de alastramento inflacionário são ineficazes e antidesenvolvimentistas;

b) A inflação não constitui alavanca do desenvolvimento e, antes pelo contrário, refreia qualquer possibilidade de desenvolvimento assente no aproveitamento integral dos recursos e capacidades de cada país. Se a estes aspectos acrescentarmos que a inflação não é um fenómeno inevitável a que os países pequenos estejam fatalisticamente submetidos – e referimos que a história confirmou plenamente esta posição – e que o desenvolvimento económico «inclui, como componentes indispensáveis, a total independência económica, a igualdade social, a liquidação do colonialismo cultural e o pleno exercício da soberania sobre os recursos económicos nacionais no interesse das grandes massas populares» (14), não será difícil concluirmos pela existência de uma política anti-inflacionista de cariz estrutural concordante com a quebra das amarras do atraso económico-social-cultural e da subordinação externa.

Falamos em política *estrutural*. É certo que ela contrapõe-se à visão de curto prazo das que são vulgarmente preconizadas, mas uma tal terminologia surge ainda bastante vaga. É certo que toda e qualquer medida que tome a inflação como um fenómeno profundo e se oriente para alterações da malha produtiva e

do desequilíbrio inter-regional, para a reestruturação do aparelho de crédito e funcionamento do sistema monetário, para o combate às estruturas monopolistas e oligopolistas, para a modificação do sistema fiscal, para a reordenação das relações económicas internacionais ou outros aspectos similares tem maiores possibilidades de êxito na *redução* da inflação, assim como a expansão da produtividade cria condições para uma atenuação do aumento dos preços, embora de forma incerta e irregular (15). Mas também o é a insuficiência de tais medidas que deixam intacta a contradição fundamental geradora da inflação – a contradição entre o carácter social da produção e a natureza privada da propriedade dos meios de produção –, fonte germinadora de um conjunto de factores impulsionadores – centralização do capital e monopólios. Estados capitalista e política estatal inerente à actual acumulação do capital, etc. – e da adaptação dos sistemas monetário e de crédito nacional e internacional às exigências da acumulação capitalista, com crescentes dificuldades estruturais de lucratividade (16).

Contudo *uma política estrutural anti-inflacionista só será concordante com a natureza da inflação se assentar na modificação radical das relações sociais de produção*. Quatro aspectos são fundamentais, por ordem decrescente de importância:

a) *Socialização dos principais meios de produção* que possam assumir a responsabilidade de serem os elementos motores da globalidade da economia, funcionando aqueles sectores e empresas com uma lógica radicalmente diferente, o mesmo acontecendo com a ~~globalidade~~ *totalidade* do económico, onde deixa de funcionar a lei da mais valia.

Este aspecto resulta directamente da caracterização da inflação apresentada

anteriormente, fruto de uma leitura cuidada da realidade.

Contudo não poderemos pensar que tal medida resolva a inflação – abre as portas para a sua resolução;

b) *Modificação da inserção da economia portuguesa na economia mundial*, aparecendo como aspectos imediatos fundamentais uma ruptura – cuja profundidade só a situação concreta poderá definir – com o FMI e a CEE, a diversificação das relações externas, a não subordinação aos ditames ~~das capitais~~ do imperialismo.

dos efeitos
da deslocação

Sem a sua concretização, difícil, não será possível realizar integralmente o ponto anterior (¹⁷);

c) *Política de preços como parte dum planeamento global, sectorial e regional da economia portuguesa.*

Não será crível que a transformação profunda do funcionamento da economia se processe espontaneamente. A passagem das leis económicas capitalistas para as leis económicas socialista é bastante complexa e processando-se no quadro de um conjunto de forças adversas nacionais e internacionais. É imperioso uma condução consciente do processo, de que o planeamento é uma peça vital.

A desarticulação dos preços e a sua tendência à alta tenderia a brotar por todos os poros do modo de produção capitalista ainda vigente, mesmo que não dominante, e não só, se não houvesse uma atitude deliberada no sentido do seu controlo;

d) *Controlo popular organizado sobre a dinâmica dos preços e salários*, parte integrante da libertação da iniciativa criadora das classes trabalhadoras.

Este conjunto de medidas, aqui apresentadas de forma muito sumária e incompleta conduziriam ao fim da inflação e seriam parte integrante de uma políti-

ca de desenvolvimento económico e progresso social.

São realistas? Sem dúvida, com um Estado diferente.

Notas

1) Diversos autores situam o aparecimento do termo «inflação» na linguagem económica nos anos 20 do presente século. No entanto já em fins do século passado os defensores de grande emissão monetária nos EUA eram designados por «inflacionistas». Em 1898 já João de Freitas na sua obra «A Crise Monetária e a Circulação Fiduciária em Portugal», os referia.

2) Uma simples relação entre taxas de variação dos preços e salários por períodos de 1844/1980 mostra que a reacção dos salários aos preços varia muito de período para período, mesmo quanto à sua significância ou não, que a elasticidade é sempre inferior a 0,75, que não se pode estabelecer uma relação entre a intensidade de variação dos preços e o nível de significância das relações econométricas e que os períodos de não verificação ~~das~~ relações significativas entre a taxa de variação dos salários e a taxa de variação dos preços são os de transição na expressão fenomenológica da inflação.

Os trabalhos econométricos sobre esta temática desmentem muitos dos ideais correntes. Veja-se o tomo III – Oliveira, Mendes, «Algumas apreciações e quantificações sobre a aplicabilidade da curva de Philips nacional e regional na economia portuguesa» – de AAVV, «Primeiros Ensaios da Curva de Philips em Portugal», a publicar pelo IACEP.

3) Duas observações: 1) ACA pressupõe a ACT mas é mais exigente: não só a tendência de evolução dos preços é positiva como o são todas as taxas de variação anual; 2) ACC pressupõe que em determinada fase histórica prévia as crises de sobreprodução tem como efeito a diminuição dos preços, o que não é adquirido. ACC com agravamento significa mais que a continuação do aumento de preços em crise – estamos perante uma sua aceleração persistente nessa fase da conjuntura.

4) Rigorosamente não se pode considerar por um lado o «salário nominal» e, por outro, o «salário real» porque em capitalismo há imposição monetária. O «salário real» é

sempre uma categoria a «posteriori» da formação dos preços.

5) Produtividade e intensidade do trabalho são categorias profundamente diferentes. Na política económica portuguesa ambos os aspectos são confundidos e designados globalmente por «produtividade».

6) Cite-se, como mero exemplo, o continuar-se a insistir no dilema «inflação ou crise» quando vivemos numa fase de «inflação e crise» o que não acontece, como vimos, passageiramente. A análise crítica destas teorias tem-nos ocupado frequentemente. Veja-se: «Para uma Análise Marxista de Inflação», 1978, EC 13 e «Salários, Contratação Colectiva e Inflação», 1979, Revist. Técnica. do Trabalho n.º 1 para além dos apontamentos do curso sobre Inflação em Portugal na Universidade Popular do Porto, 1982.

7) Também a crítica a esta teoria já nos mereceu algumas reflexões. Veja-se: «Referências à evolução dos preços em Portugal e no Mercado Comum», 1980, EC 26/27 que saiu truncado (existe uma versão completa na Biblioteca da FEP) assim como os referidos apontamentos da UPP. Insistimos em que cada povo é soberano nas transformações das suas relações sociais de produção.

8) É extremamente interessante, sob este prisma, analisar os textos dos discursos políticos em torno deste assunto. Pensamos que a linguística confirmaria a nossa interpretação.

9) Retirado de «Salários, Contratação Colectiva e Inflação», referido na nota 6. Posteriormente Bessa em «O processo inflacionário português» 1982, Análise Social 70 retomou essa ideia acrescentando-lhe o objectivo real de «Conformar a economia nacional ao papel que lhe está destinado no seio da economia mundial». Parece-nos excessiva essa conclusão porque tal é conseguida por um conjunto de práticas bastante mais vastas, independentemente da inflação.

10) Bessa em «Crítica das teorias da inflação» 1980, Análise Social 63 com $TI = \text{taxa de aumento de preços}$ e $RPC = \text{Rendimento per capita obtém}$ $TI = -0,002 (0,0004) RPC + 24,7393 (2,9845)$. Apesar de não ser o ajustamento mais significativo a retirar do quadro anteriormente apresentado pelo autor (pág. 493), serve para ilustrar o afirmado. Outros trabalhos estrangeiros o confirmam.

11) Para salientarmos que tal afirmação assenta na observação da realidade e não em considerações ideológicas, lembremos o que diz um autor insuspeito desse ponto de vista (Heilbroner, R.L. em «The Great Ascent. The struggle for economic development in our time», 1963, Harfer & Row): «O Comunismo talvez constitua o meio mais rápido de se sair do subdesenvolvimento».

O II Congresso da Associação dos Economistas do Terceiro Mundo, 1980, também confirmou que o maior inimigo do desenvolvimento é o imperialismo.

12) Os empréstimos contraídos em 1982 a um consórcio de grandes bancos transnacionais são uma confirmação do afirmado.

13) Sobre a problemática do mercado interno aplicado à realidade portuguesa veja-se Castro, Armando, «Importância da «Teoria dos Mercados» para a compreensão da crise económica portuguesa», e Pimenta, Carlos «As vias de ampliação do Mercado Interno», ambos em EC 17, 1978.

14) Da declaração Geral do II Congresso da Associação de Economistas do III Mundo.

15) Que a actuação sobre a produtividade tem efeitos incertos e irregulares provam-nos alguns dos ensaios econométricos por nós realizados. Tomando um período de 15 anos e 24 sectores concluímos que numa análise dinâmica há uma influência da produtividade sobre os preços mas ela raramente se manifesta nas reacções de curto prazo e que existem muitos outros factores que a médio prazo enegrecem os impactos da produtividade. Numa análise sincrónica esta explica a longo prazo uma forte dispersão dos preços inter-sectores, mas a sua influência é pequena a curto prazo.

16) Um primeiro esboço de fundamentação destas posições encontra-se em «Para uma análise marxista da inflação», atrás referido.

17) Em «A política Económica e as Transformações Sociais – Experiência da Revolução Portuguesa» comunicação apresentada no II Congresso da Associação dos Economistas do III Mundo, Abril 1981 em Havana, salientávamos que uma das fraquezas do processo revolucionário português situou-se em que «nunca existiu uma ruptura nas relações económicas externas correspondentes às transformações revolucionárias interiores».